PROJETO DE LEI Nº 4.237, de 2008.

“Obriga os funcionários de creches particulares e outras entidades de atendimento conveniadas com o Poder Público a notificação dos casos de violência contra criança e adolescente aos Conselhos Tutelares, nos termos do artigo 13 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e dá outras providências.”

Autor: Deputado Sandes Junior
Relatora: Deputada Rita Camata

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.237, de 2008 tem a finalidade de instituir nova lei para obrigar *“funcionários de creches particulares e outras entidades de atendimento conveniadas com o Poder Público a notificação dos casos de violência contra criança e adolescente aos Conselhos Tutelares, nos termos do artigo 13 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990”* – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Sujeito a apreciação conclusiva pelas Comissões, nos termos do art. 24, inciso II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, compete a este órgão técnico dar parecer sobre seu mérito. A matéria receberá ainda o pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça, e de Cidadania – CCJC, em caráter terminativo nos termos do art. 54, do RICD.

Encerrado o prazo, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II – VOTO DA RELATORA

A preocupação do nobre autor da proposta quanto à importância de se denunciar maus tratos contra crianças é louvável. Mas cabe esclarecer que já está atendida pelo próprio Estatuto da Criança e do Adolescente.

O art. 13, da Lei nº 8.069, de 1990 citado como base para que seja notificada a violência contra crianças dispõe o seguinte:

“Art. 13. Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.”

Ou seja, qualquer cidadão, seja funcionário de entidade educação infantil (creche e pré-escola), de instituição de saúde, ou simplesmente vizinho ou conhecido da família, que suspeite ou confirme caso de violência contra criança está obrigado a notificar o Conselho Tutelar da área.

Além disso, o art. 18 da mesma lei determina que é *“dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”*.

Já o art. 245 do ECA impõe multa se médico, **professor ou responsável por estabelecimento** de atenção à saúde e **de ensino fundamental, pré-escola ou creche, deixar de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo**

suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente.

Em reunião realizada no dia 27 de maio último esta Comissão de Seguridade Social e Família aprovou parecer do relator, Deputado Geraldo Thadeu, ao PL nº 1.106, de 2007, alterando o valor da citada multa, que passará a ser entre R\$ 200 e R\$ 3.000 (duzentos a três mil reais), aplicando-se o dobro em caso de reincidência. Essa é apenas a punição administrativa, não inviabilizando ações penais cabíveis, a serem impetradas pelo Ministério Público, o próprio Conselho Tutelar, ou a qualquer interessado.

O próprio autor da proposição reconhece na justificativa do projeto de lei que, no caso de sua região, Londrina-PR, por exemplo, “*o número de denúncias contra violência infantil aumentou 143% para cada caso denunciado*”, apesar de ainda haver muitos no anonimato.

O aumento no número denúncias só vem ocorrendo porque a violência contra crianças, principalmente a violência doméstica não está mais submetida a quatro paredes, ao âmbito familiar, é um problema social enfrentado pela lei e pelas instituições, pelos poderes constituídos. Ainda temos um longo caminho a percorrer para erradicar esse problema, mas não é por falta de legislação adequada.

Entendemos que os arts. 13, 18, e 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente atendem, completamente, ao objetivo da proposta que ora analisamos, não havendo necessidade de se propor uma nova lei para dizer aos profissionais da educação infantil que eles devem cumprir o que a legislação vigente já determina que eles façam.

Nesse sentido, manifestamos o voto pela rejeição do Projeto de Lei nº 4.237, de 2008, posto que já que existe norma jurídica que atende sua finalidade.

Sala da Comissão, em 07 de julho de 2009.

Deputada RITA CAMATA
Relatora